

Flavio Marques - SPFC

Sobre a Proposta de Revisão do Estatuto

A Comissão Extraordinária publicou a Proposta de Revisão do Estatuto Social do São Paulo Futebol Clube. Foram 39 (trinta e nove) alterações propostas, e o documento pode ser acessado aqui: [anexo-ii-parecer-da-comissao-de-revisao](#).

Até o próximo dia 20 de maio as sócias e sócios do SPFC poderão apresentar emendas, isto é, sugestões de alterações no texto da proposta apresentada pela comissão. Para isso devem fazer o download do formulário no site: [FORMULARIO_PROPOSTA EMENDAS - Reforma Estatuto 2024](#).

A proposta da Comissão Extraordinária de Revisão do Estatuto ignorou temas essenciais como a eleição direta do presidente e a alteração da composição do Conselho de Administração, entre outros, ressuscitou pautas recentemente rejeitadas pela Assembleia Geral como o mandato de seis anos para Conselheiros Eleitos e a suspensão preventiva para manutenção da harmonia social, e cria uma condicionante, relativizando a obrigatoriedade de cumprimento do orçamento pelos administradores.

Analisei todo o texto da proposta, alteração por alteração, e apresento aqui os meus comentários.

1. Quadro geral

Relevância	Avaliação da Alteração			Total Geral
	Negativa	Neutra	Positiva	
Essencial	1			1
Alta	10		4	14
Média	2		3	5
Baixa	2	15	2	19
Total Geral	15	15	9	39

Em minha avaliação, 15 das 39 alterações propostas têm impacto negativo na Instituição, enquanto 9 apresentam efeitos positivos. Vejamos cada caso.

2. Alterações de baixa relevância

Entre as 39 alterações propostas, 19 tem relevância baixa, no meu entendimento. Isso quer dizer que terão impacto pequeno, ou nulo, na vida da Instituição.

Flavio Marques - SPFC

Em vários casos trata-se de adequação de texto do Estatuto sem alteração de procedimento, para refletir uma situação já aplicada na prática, como nas alterações 9, 14,15,16, 18 e 19, entre outras. Há até uma correção de erro de digitação, registrada na alteração 28. Por não alterar procedimentos, avalio esse tipo de alteração como “Neutra”, pois não tem impacto na Instituição.

Entre as de alterações de baixo impacto com efeito positivo incluo as alterações 10, que simplifica a rotina da Assembleia Geral, e 25, que elimina a remuneração dos membros independentes do Conselho de Administração.

Entre as alterações de baixo impacto com efeito negativo listo as alterações 3, que permite que o sócio remido venda seu título sem perder os direitos associativos, e a 27, que altera as datas de indicação e posse dos membros do Conselho de Administração, retardando o início do trabalho desse órgão da administração.

3. Alterações de média relevância.

Na minha avaliação, três das alterações que considero de média relevância criam impactos positivos para o Clube, sendo essas a alteração 5, obrigatoriedade de atribuição de novo número de matrícula no caso de transferência de titularidade entre cônjuges, a alteração 12, que exige que um candidato a Vitalício tenha cumprido pelo menos um mandato como Conselheiro Eleito, e a 36, que impede a contratação de empresa de auditoria sem registro na CVM.

Duas das propostas de alteração de média relevância criam, na minha avaliação, impactos negativos para o Clube. Classifico nessa situação as alterações 2, que concede automaticamente o título de Benemérito ao Associado que tenha cumprido um mandato de presidente da diretoria ou do Conselho Deliberativo, e 20, que muda a definição de membro nato do Conselho Consultivo.

4. Alterações essenciais e de alta relevância

Um total de 15 alterações têm, no meu conceito, relevância alta, ou mesmo essencial, para o São Paulo Futebol Clube. Entre essas, infelizmente, 11 trazem consequências negativas para o Clube. Classifico como impacto negativo tudo o que vai em sentido contrário da democratização, da transparência e da responsabilidade fiscal dos administradores. Alterações positivas, para mim, são aquelas que favorecem o empoderamento dos Associados, fortalecem os órgãos de fiscalização e estabelecem procedimentos que ampliam a transparência da gestão.

Flavio Marques - SPFC

As quatro alterações que, em meu ponto de vista, apresentam impacto positivo para a Entidade são a alteração 4, que estabelece que os dependentes maiores de 18 anos devem apresentar também suas certidões negativas no processo de candidatura a associação ao SPFC, a alteração 24, que possibilita a atuação individual de membro do Conselho Fiscal, a alteração 29, que propõe a redução do valor dos contratos submetidos à aprovação pelo Conselho de Administração, e, por fim, a alteração 33, que cria a obrigatoriedade de publicação do Orçamento Anual após a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Onze das propostas de alteração tem, na minha avaliação, relevância essencial ou alta, e causam impactos negativos para a Entidade. Vejamos quais são e porque as considero negativas:

- Alteração 8, a meu ver um tema essencial, estabelece o mandato de seis anos para Conselheiro Eleito. Essa alteração afasta os sócios do processo político e de decisão do SPFC por tempo excessivo, indo no sentido contrário ao da democratização do Clube, e, conjugada com a eleição indireta, praticamente assegura uma reeleição aos presidentes da diretoria e do Conselho Deliberativo. Se a eleição continua indireta, o mandato dos Conselheiros tem que ser coincidente com o mandato do presidente, para que a vontade dos associados ao longo do tempo seja, de alguma maneira, representada. Se a eleição a cada três anos distrai a atenção dos gestores do Clube, argumento dos defensores da mudança, uma solução intermediária seria de mandatos de 4 anos para Conselheiro Deliberativo e Presidentes da Diretoria e do Conselho Deliberativo.
- Alteração 6, que cria o reajuste automático da Contribuição Social e das taxas de atividades pelo IPCA. Essa medida cria uma indexação dos preços por um índice que não reflete necessariamente os custos do clube social do SPFC. O Clube é uma Associação sem fins lucrativos, e o valor das taxas deve ser o suficiente para cobrir os custos da unidade. Há muitas oportunidades de redução de custos que devem ser exploradas antes de se pensar no aumento das taxas. Em minha visão, esse tema não deveria ser matéria Estatutária.
- Alteração 7, possibilita a aplicação de pena de suspensão preventiva visando a manutenção da harmonia social no clube. Matéria com elevado grau de subjetividade quanto aos requisitos para aplicação da suspensão preventiva, como a definição clara do que seja um risco à "harmonia social". Pode gerar situações de danos irreversíveis a um eventual Associado suspenso de forma equivocada.

Flavio Marques - SPFC

- Alteração 11, deixa explícita a limitação de duas chapas para concorrer na Assembleia Geral. Elimina a possibilidade, ainda que remota, existente no Estatuto atual, de inscrição de uma terceira chapa para concorrer na AGO. A redação anterior já assegurava, na prática, a inscrição de, no mínimo, duas chapas.
- Alteração 13, trata da licença automática de membro do Conselho Fiscal eleito para o Conselho Deliberativo. Dificulta a promoção de suplentes do Conselho Fiscal à posição de titulares. Evita que suplentes eleitos pelo campo minoritário tenham a oportunidade de atuar efetivamente como membros titulares do Conselho Fiscal.
- Alteração 17, dispensa a realização da Reunião Extraordinária do Conselho quando na pauta constarem apenas aprovação de contratos. Nesses casos aconteceria somente a votação, eletrônica, sobre a aprovação ou não dos contratos. Essa alteração dificulta o debate, compartilhamento de visões e opiniões diversas por parte dos Conselheiros Deliberativos. Impede o acesso à palavra de um Conselheiro por ação individual, exigindo a assinatura de 30 membros desse poder para que qualquer um possa apresentar suas considerações sobre os contratos em plenário.
- Alteração 23, trata de permitir uma reeleição imediata dos membros do Conselho Fiscal. Em minha opinião, esta alteração é contrária à independência absoluta necessária para que um membro do Conselho Fiscal possa fiscalizar efetivamente os atos da diretoria. Insere no processo uma variável política, em um órgão que deveria ser estritamente técnico.
- Alteração 30, permite ao Presidente Eleito nomear uma quantidade ilimitada de pessoas para auxiliar, de forma voluntária, não remunerada, na administração do Clube. Desmonta um dos pilares do Estatuto atual vigente, que é a meta de profissionalizar a gestão do Clube. Esta mudança privilegia a política em detrimento da administração profissional.
- Alteração 34, cria uma condição especial para relativizar o descumprimento das metas orçamentárias pelos gestores. Vai na contramão do controle de despesas e do conceito de responsabilização dos administradores.
- Alteração 37, permite ao Presidente Eleito, junto com o Presidente do Conselho Deliberativo e com aval do Presidente do Conselho Consultivo, proceder com revisões amplas do Estatuto a cada três anos. Em minha

Flavio Marques - SPFC

opinião, essa alteração cria uma situação de instabilidade Institucional, pois fragiliza o Estatuto como documento permanente de regulação da Associação. Com esta alteração, o Estatuto pode passar por mudanças profundas, a depender de conveniência política, a cada três anos.

- Alteração 38, estabelece a possibilidade de revisão do Regimento Interno a cada três anos, alinhada com as revisões do Estatuto regulamentadas pela alteração 37, acima. Essa mudança reforça a situação de instabilidade Institucional, pois cria a possibilidade de revisões profundas a cada três anos, dependendo de conveniência política.

5. Conclusão

A proposta publicada pela Comissão Extraordinária tem muito mais pontos negativos do que positivos para a Instituição. Se for mantido o texto conforme apresentado, sairemos desta revisão do Estatuto com regras piores do que entramos, em sua maioria. A proposta é contrária à democracia no SPFC, afastando os sócios das urnas por seis anos, avança muito pouco na questão de uma maior fiscalização e transparência dos atos de gestão, permite atos de suspensão sumária de Associados pela Comissão Disciplinar, e chega a cercear o direito ao debate e à troca de ideias nas Reuniões Extraordinárias convocadas com o objetivo de apreciação de contratos.

Os sócios têm até o próximo dia 20 de maio para apresentar emendas, sobre os assuntos acima ou sobre qualquer outro, fazendo valer o seu direito a voz. Dê a sua opinião. Participe ativamente do processo de revisão.

Flavio Marques

14/05/2024

ANEXO – AS 39 ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA COMISSÃO

Alteração número	Descrição sucinta da alteração	Relevância / Impacto	Comentário	Avaliação
1	Exclusão do Associado Temporário das classes permitidas de Associados.	Baixa	Valoriza os direitos patrimoniais do Associado Usuário, porém, se aplica a pouquíssimos casos.	Neutra
2	Concessão automática do título de Associado Benemérito àqueles Associados que tenham exercido os cargos de Presidente da Diretoria Eleita ou de Presidente do Conselho Deliberativo.	Media	Desvirtua o conceito original do Benemérito. Um mau presidente, da Diretoria ou do Conselho Deliberativo, será automaticamente agraciado com a honraria, mesmo sem mérito para receber o	Negativa
3	Permitir que o Associado, ao adquirir a condição de Remido, possa transferir o seu Título Associativo, mantendo todos os seus direitos.	Baixa	Cria uma situação especial para Associados Usuários. Na prática, se o Remido transferir seu título, sem perder os direitos, resulta que um único título associativo passa a ter direito a dois votos na	Negativa
4	Estender a verificação documental aos dependentes dos candidatos a novos associados, visto que atualmente apenas o titular deve apresentar os documentos e certidões a serem	Alta	Medida a favor da segurança de nossos Associados Usuários e suas famílias.	Positiva
5	Obrigatoriedade de atribuição de novo número e data de matrícula, nos casos de transferência do Título Associativo ou da condição de titular, do Associado Titular para o seu cônjuge, tal como já ocorre nas transferências para terceiros ou para os	Media	Elimina uma distorção, situação especial injustificada, constante no Estatuto vigente. Essa situação pode resultar que uma pessoa sem a devida senioridade, e experiência no Clube, venha a se qualificar para candidatura a cargos eletivos,	Positiva
6	Reajuste anual automático, com correção pelo IPCA, para a Contribuição Associativa e para as	Alta	Inseri uma indexação que vai na contra mão do combate à inflação. Em minha visão, não deveria	Negativa
7	Possibilidade de aplicação de suspensão preventiva do Associado que cometeu algum excesso, seja físico ou moral, para fins de manter a segurança dos demais Associados e a harmonia social.	Alta	Matéria com elevado grau de subjetividade quanto aos requisitos para aplicação da suspensão preventiva, como a definição clara do que seja um risco à "harmonia social". Pode gerar situações de danos irreversíveis a um eventual Associado	Negativa
8	Estabelece que, a partir da AGO a se realizar em novembro de 2026, o mandato dos Conselheiros Eleitos terá a duração de 06 (seis) anos,	Essencial	É uma medida que afasta o Associado do processo político e de decisão da Instituição, indo em sentido contrário ao da democratização do SPFC. Conjugada com a eleição indireta, representa quase um mandato de seis anos garantido ao	Negativa
9	Inclui no Estatuto referência à constituição da Comissão Eleitoral, que deve atuar na Assembleia Geral Ordinária, tema hoje regulamentado pelo	Baixa	Adequação de texto, sem alteração dos procedimentos.	Neutra
10	Flexibilizar a rotina da Assembleia Geral, dispensando a necessidade de primeira e segunda convocações, vindo a facilitar a rotina do Associado.	Baixa	Medida a favor da conveniência para os Associados. Recomendo, entretanto que o horário de início seja às 08:00, e não às 09:00. Quem se programa para ir cedo tem outros compromissos.	Positiva
11	Alteração na redação dos parágrafos que definem requisitos para inscrições de chapas para participar da AGO, estabelecendo de forma explícita que não serão permitidas mais de duas	Alta	Elimina a possibilidade, ainda que remota, de inscrição de uma terceira chapa para concorrer na AGO. A redação anterior já assegurava, na prática, a inscrição de, no mínimo, duas chapas.	Negativa
12	Exigir como um dos requisitos para se candidatar à vitaliciedade, que o Associado já tenha exercido ao menos um mandato completo como Conselho	Media	Valoriza o voto do Associado. Favorece quem tem atuação e presença efetiva no Clube, e dificulta a possibilidade de eventuais "trocas de favores" ou	Positiva
13	Propõe-se que o membro titular do Conselho Fiscal, caso eleito para Conselheiro Deliberativo, fique automaticamente licenciado do Conselho Deliberativo, até o término do seu mandato no	Alta	Dificulta a promoção de suplentes do Conselho Fiscal à posição de titulares. Evita que suplentes eleitos pelo campo minoritário tenham a oportunidade de atuar efetivamente como	Negativa
14	Atualização do artigo 58, que define as competências do Conselho Deliberativo, incluindo a eleição e posse da Comissão Disciplinar, que já	Baixa	Formalização de um procedimento já definido e regulamentado no Regimento Interno. Elimina dúvidas quanto ao processo, mas não altera o que	Neutra
15	Regulamenta que as votações, no âmbito do Conselho Deliberativo, poderão ser realizadas à distância, nos termos do Regimento Interno do	Baixa	Formalização de um procedimento já definido e regulamentado no Regimento Interno. Não altera a situação atual.	Neutra
16	Atualização do texto estatutário, incluindo nas atribuições do Conselho Deliberativo a eleição dos membros da Comissão Disciplinar. Alinhada com a	Baixa	Formalização de um procedimento já definido e regulamentado no Regimento Interno. Elimina dúvidas quanto ao processo.	Neutra

Flavio Marques - SPFC

Alteração número	Descrição sucinta da alteração	Relevância / Impacto	Comentário	Avaliação
17	No caso de Reunião Extraordinária em cuja Ordem do Dia constem somente votações de contratos, poderá ser dispensada a realização da sessão, realizando-se apenas a votação à distância. Recebendo requerimento subscrito por ao menos 30 (trinta) Conselheiros, o Presidente do Conselho Deliberativo ficará obrigado a realizar a sessão.	Alta	Dificulta o debate, compartilhamento de visões e opiniões diversas por parte dos Conselheiros Deliberativos. Impede o acesso à palavra de um Conselheiro por ação individual, exigindo a assinatura de 30 membros desse poder para que qualquer um possa apresentar suas considerações sobre os contratos em plenário. O texto proposto	Negativa
18	Trata-se de flexibilizar a rotina do Conselho Deliberativo, dispensando-se a necessidade de primeira e segunda convocações nas reuniões,	Baixa	Regulamenta algo que na prática já ocorria, pois se sabia que o início efetivo seria sempre no horário da segunda chamada.	Neutra
19	Em processos disciplinares via Comissão de Ética, elimina a possibilidade do Conselho Deliberativo aplicar penalidade diversa da sugerida pela Comissão de Ética. Caberá ao Conselho Deliberativo acolher ou rejeitar o parecer da	Baixa	Alteração que, na prática, reflete o que já vem sendo aplicado atualmente. Adapta o texto sem mudar o procedimento.	Neutra
20	Nova definição de membro nato do Conselho Consultivo, incluindo Associados que tenham exercido o cargo de Presidente do Conselho Consultivo, além dos ex presidentes da diretoria e	Média	Regulariza a situação de eventual membro nato do Conselho Consultivo que não tenha anteriormente ocupado a presidência da diretoria ou do Conselho Deliberativo por pelo menos 12 meses	Negativa
21	Readequação do texto Estatutário, eliminando a citação de vantagens atribuídas a Consultores Externos convidados para participar do Conselho	Baixa	Elimina do texto referência a "vantagens que incentivem e facilitem o acesso aos jogos da equipe do SPFC". Alteração no texto, como	Neutra
22	Redefine as datas das eleições do Presidente do Conselho Consultivo e do membro indicado para o Conselho de Administração, para o mês de dezembro, após	Baixa	Regulamenta no Estatuto o sistema e prazo de indicação do membro do Conselho Consultivo para fazer parte do Conselho de Administração.	Neutra
23	Trata-se de permitir uma reeleição imediata dos membros titulares do Conselho Fiscal	Alta	Em minha opinião, esta alteração é contrária à independência absoluta necessária para que um membro do Conselho Fiscal possa fiscalizar efetivamente os atos da diretoria. Insere no processo uma variável política, em um órgão que	Negativa
24	Define que qualquer Conselheiro Fiscal poderá solicitar diretamente ao Conselho de Administração, à Diretoria Eleita, à Diretoria Social e à Diretoria Executiva, esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, no caso do Presidente do Conselho	Alta	Favorece o trabalho individual de fiscalização por parte do Conselheiro Fiscal. Elimina uma barreira ao exercício da função do Conselheiro Fiscal, e reforça a independência dos membros desse poder.	Positiva
25	Exclui a possibilidade de recebimentos de qualquer tipo de remuneração pelos membros independentes do Conselho de Administração.	Baixa	Elimina um "privilégio" e custo adicional para o SPFC. O pagamento de remuneração a Conselheiros é incompatível com a condição de	Positiva
26	Adequação do texto Estatutário, definindo critério de indicação dos membros substitutos do Conselho de Administração no caso de vacância.	Baixa	Adequação de texto, sem alteração relevante dos procedimentos.	Neutra
27	Altera as datas de indicação e de posse de membros do Conselho de Administração, sem fazer qualquer outra mudança na composição e forma de indicação dos membros desse poder.	Baixa	Retarda a indicação dos membros independentes do Conselho de Administração, postergando, portanto, o início do funcionamento desse poder com todos os membros.	Negativa
28	Simples correção de erro de digitação no parágrafo 3º do Artigo 102, onde consta "artigo 99" ao invés	Baixa	Correção de erro de digitação.	Neutra
29	Propõe a redução do valor dos contratos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração (alínea "j") e inserindo-se proposta de análise dos planos de trabalho dos diretores	Alta	Amplia o escopo da fiscalização de contratos pelo Conselho de Administração, e cria uma nova atribuição de análise dos planos de trabalho dos diretores executivos.	Positiva
30	Trata de permitir que o Presidente Eleito possa contar com a colaboração de maior número de pessoas para auxiliar nas atividades necessárias ao bom funcionamento da Instituição, tal como já	Alta	Desmonta um dos pilares do Estatuto atual vigente, que é a meta de profissionalizar a gestão do Clube. Esta mudança privilegia a política em detrimento da administração profissional.	Negativa

Flavio Marques - SPFC

Alteração número	Descrição sucinta da alteração	Relevância / Impacto	Comentário	Avaliação
31	Trata de instituir que o Conselho de Administração tome conhecimento das indicações de pessoas que representarão o SPFC externamente.	Baixa	O Conselho de Administração passa a tomar conhecimento, mas não recebe a atribuição de aprovar ou vetar os nomes que representarão o	Neutra
32	Trata de instituir que os Diretores Executivos elaborem planos de trabalho e metas anuais, que deverão ser apresentados e analisados pela Diretoria Eleita e pelo Conselho de Administração.	Baixa	Disciplina o método de trabalho dos diretores executivos, porém, não vincula expressamente as metas anuais dos diretores às projeções do Orçamento Anual. Medida pouco efetiva.	Neutra
33	Obrigatoriedade da publicação do Orçamento Anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.	Alta	Alteração alinhada com os objetivos de transparência da Instituição. Tem pouco efeito se não houve publicidade do acompanhamento mensal ou trimestral, mas já é um passo na direção	Positiva
34	Altera o parágrafo 2º do artigo 137, que prescreve a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade do gestor, em caso de excesso de despesas superior a 5% no orçamento.	Alta	Esse parágrafo já não vinha sendo seguido na prática, e agora é criada uma condição para relativizar o descumprimento das metas orçamentárias. Vai na contra mão do controle de despesas e do conceito de responsabilização dos	Negativa
35	Trata de atualização do texto estatutário, visto que a Demonstração das origens e aplicação dos recursos foi substituída pela Demonstração dos	Baixa	Adequação do texto, adaptando a terminologia do relatório, sem alteração no conteúdo que é apresentado para a auditoria e rito de aprovação.	Neutra
36	Exclusão do Artigo 141, que admite a hipótese de contratação de uma de empresa de auditoria sem registro da Comissão de Valores Mobiliários	Média	Regulamenta explicitamente que a empresa de auditoria deve obrigatoriamente estar registrada na Comissão de Valores Mobiliários, órgão que	Positiva
37	Cria uma atribuição conjunta dos presidentes do Conselho Deliberativo e Diretoria Eleita que, com aval do Presidente do Conselho Consultivo, estarão autorizados a conduzir novas revisões do Estatuto a cada 3 anos.	Alta	Cria uma situação de instabilidade Institucional, pois fragiliza o Estatuto como documento permanente de regulação da Associação. Com esta alteração, o estatuto pode passar por mudanças profundas, a depender de conveniência política, a	Negativa
38	Adaptação do texto sobre revisão do Regimento Interno, como consequência das eventuais revisões do Estatuto, para refletir a alteração 37	Alta	Reforça a situação de instabilidade Institucional, pois cria a possibilidade de revisões profundas a cada três anos, dependendo de conveniência	Negativa
39	Estabelece a vigência imediata, após aprovação na AGE, de todas as alterações propostas, exceto o mandato de seis anos para Conselheiros que será	Baixa	Elimina qualquer dúvida que pudesse haver sobre a vigência do novo estatuto. Não tem impacto nas regras em si.	Neutra

Flavio Marques

14/05/2024